

1 **ATA DA 48ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - (CNDM).** Nos
2 dias doze, treze e quatorze de dezembro de dois mil e quinze, pela manhã, na sala 245 da
3 Secretaria Especial da Mulher realizou-se a quadragésima oitava Reunião Conselho Nacional dos
4 Direitos da Mulher (CNDM). No dia 12 de dezembro de dois mil e dezesseis foi realizado a
5 Reunião das Conselheiras de entidades Não-Governamentais. No dia 13/12/16, a reunião
6 iniciou com a Secretária **Fátima Pelaes**, Chamando os nomes conforme a lista de presença e em
7 seguida leitura dos pontos da pauta: Apresentação das novas Conselheiras, Recomposição das
8 Câmaras Técnicas, Encaminhamento necessário a finalização dos trabalhos da 4ª Conferência
9 Nacional de Mulher. A SE Fatima recepcionou com boas vindas às novas conselheiras que
10 estavam presentes, entre elas recepcionou a conselheira **Gláucia de Fátima** da CMB, a
11 conselheira **Jeanete**, do Fórum de Mulheres do MERCOSUL; a conselheira **Silvana**, do Fórum
12 Nacional de Mulheres Negras; também a conselheira Partos do Princípio, **Cristiane**; a
13 conselheira da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos,
14 **Sheila Regina**; conselheira da União Brasileira de Mulheres, **Lúcia Helena**; conselheira da União
15 de Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira, **Rosemeri Maria**; conselheira da Central Única
16 de Trabalhadores da CUT, **Mara Luzia**; conselheira **Alessandra da Costa**, da Confederação
17 Nacional de Trabalhadores na Agricultura; conselheira suplente da Associação Brasileira de
18 Mulheres da Carreira Jurídica, **Renata Schmidt**; conselheira da Associação Nacional de Travestis
19 e Transexuais, **Chopelly Glaudystton**; Articulação Brasileira de Mulheres, Caroline Soares;
20 conselheira da Federação de Associações, não está não, essa aqui não está; Secretária de
21 Direitos Humanos, **Caroline Diana dos Reis**; conselheira **Maria de Lourdes Abadia**, do Ministério
22 de Ciência e Tecnologia, Inovação e Comunicações; conselheira do Ministério do Planejamento,
23 Orçamento e Gestão, **Maria do Rosário**; conselheira do Ministério da Saúde, **Marina Melo**
24 **Arruda**; Ministério do Trabalho, **Daniela Martins**; outras presenças: **Anísia Batista**, do MMA;
25 **Tamille Sales**, da Casa Civil da Presidência da República; **Silvia Rita**, Secretária Substituta da SEV;
26 **Ludmila Ribeiro Oliveira**, do CNJ aqui presente; também aqui ao nosso lado, a **Irina**, que é nossa
27 secretária adjunta da SAIAT e a nossa coordenadora geral do CNDM, **Ester de Paula**. Sejam todas
28 bem vindas e falando sobre a pauta da reunião e a abertura da mesma. Assim a secretária
29 perguntou se alguma conselheira não haveria assinado a ata e logo em seguida fez a explanação
30 dos quatro itens da pauta: informes, apresentação das novas conselheiras e composição das
31 câmaras temáticas, encaminhamentos necessários sobre os trabalhos da quarta conferência e
32 argumentou, que estava se encerrando o encontro das mulheres do Brasil e da Amazônia. A
33 secretária **Fátima Pelaes**. Mencionou que já havia pensado em levar o CNDM para as reuniões
34 regionais, mencionou também que nesse momento teremos uma pauta da saúde, ontem
35 tivemos sobre o empoderamento da mulher e todas as formas de enfrentamento à violência,
36 combatendo todas as formas de enfrentamento à violência e empoderamento da mulher
37 através da autonomia econômica, ontem foram os dois painéis e hoje nós estamos com o painel
38 da saúde. E a apresentação também sobre a habitação da Amazônia, da Caixa Econômica, e
39 também sobre a questão da autonomia econômica também e alguns projetos que a Caixa
40 Econômica dispõe e que nós estamos ali debatendo neste momento, outro ponto mencionado
41 foi apresentar as novas conselheiras, posse das novas conselheiras. Em seguida a Coordenadora
42 Ester de Paula foi mencionada pela secretária **Fatima Pelais** para presidir a palavra, a onde a
43 coordenadora também deu seus votos de boas-vindas para as conselheiras e também solicitou
44 que as conselheiras não governamentais que ainda não haviam encaminhado seus nomes, que
45 encaminhassem, propôs que as câmaras técnicas pudessem reunir hoje à tarde, pois percebi
46 que uma parte as conselheiras não governamentais não haviam mandado os documentos,
47 assim poderiam abrir para outras conselheiras a oportunidade em participar. No primeiro item
48 da pauta da reunião foi dado os informes dos debates propostos foram realizadas várias citações
49 segundo a conselheira **Sheila** o qual questiona que Então, presidenta, na questão do conselho e
50 das vacâncias, na sociedade civil nós temos quatorze cadeiras titulares e cinco suplentes
51 divididos em dois blocos, quatorze, se não me engano e sete no bloco B. Nós subimos todas as
52 suplências. Saindo uma suplência do bloco A, subiram as quatro suplências e ficaram faltando

53 duas cadeiras ainda. A nossa sugestão na reunião de ontem foi que as duas suplências do bloco
54 "B" subissem para a "A", para completar, só que a gente fica aí com a vacância das suplências.
55 Como encaminhamento, o que a gente tirou e também discutindo a questão da paralisação do
56 conselho, nós tivemos a última reunião, nós tivemos em fevereiro a nossa primeira reunião do
57 conselho nacional, e tivemos a segunda reunião em outubro, de fevereiro a outubro o conselho
58 ficou paralisado, certo? Nós tivemos oito meses de paralisação do conselho. A nossa proposta é
59 de prorrogação do mandato em oito meses, para, e também nesse período, o que a gente fizesse
60 então o edital, lançasse o edital para eleição das nossas suplências. Daí nós faríamos o edital de
61 eleição de sete suplências, cinco para o grupo A e duas para o grupo B, e as eleições então elas
62 se estenderiam e aconteceriam no ano de 2018, então essa é uma proposta que nós te damos,
63 pensando nesse período realmente que o conselho ficou parado sem atividade nenhuma. Então
64 não adianta a gente pensar que cumprimos as quatro reuniões do conselho, mas que nesse
65 período nós não deliberamos absolutamente nada. Então a gente traz essa discussão como
66 proposta da sociedade civil entendendo que precisamos sim, não só discutir aqui as quatro que
67 nós realizamos as quatro reuniões, mas sim o que nós fiemos nesse período. Então isso é o que
68 nós conversamos ontem e finalizou com a seguinte propostas: A proposta é, primeiro:
69 prorrogação do mandato do conselho. Segunda: abrir edital para a sociedade civil para
70 complementar as sete suplências, cinco do bloco A e duas do bloco B. em seguida a Secretaria
71 pediu para ouvir a conselheira **Rosário** que em sua fala concordou com a proposta da **Sheila** e
72 deu a seguinte sugestão: Também acho que a gente que ir definindo na reunião das câmaras
73 técnicas quem será a presidente das câmaras técnicas para que seja retomada a coordenação
74 política. E esse tipo de decisão poderia ser discutida na comissão política. Essa minha sugestão.
75 Em seguida a palavra foi dada a **Maria Antônia** do MAMA: Nós entendemos nesse debate
76 quando da questão das vacâncias e a subida do grupo B para o grupo A, a gente analisou que,
77 do ponto de vista dos casos omissos, que nós daqui do pleno temos autonomia para deliberar
78 sobre essa questão. Partindo desse princípio também avaliamos que seria importante, haja vista
79 que estivemos durante esse período parado sem reunir, a gente pudesse ampliar esse período
80 também do mandato compatível com os meses que ficamos sem reunir. Então eu me inscrevi
81 mais nesse sentido de explicar como nós avaliamos essa questão. Em seguida a palavra foi dada
82 para a conselheira Janete que considerou que: Eu queria deixar essas sugestão aqui da gente
83 pensar na recondução novamente do pleno por mais dois anos, economia de tempo, dinheiro e
84 peleja de outro planeta. Comitê nacional do enfrentamento ao tráfico de pessoas é no Ministério
85 da Justiça. É o secretário de justiça que preside. Logo em seguida a palavra foi dada para **Lívia**
86 que deixou a seguinte proposta: Eu só queria colocar que pelo regimento o mandato é fixo das
87 conselheiras. Então se eventualmente for deliberado aqui alguma prorrogação, eu gostaria de
88 sugerir que a gente fizesse uma consulta ao jurídico sobre essa possibilidade porque o regimento
89 é claro sobre o mandato, ele é fixo de três anos. Após a **Lívia** a palavra foi dada a **Eunice** que
90 relatou o seguinte: Eu só gostaria de lembrar o seguinte, que quando nós temos umas
91 disposições gerais, todos os documentos regulatórios de conselhos e organismos e para isso
92 mesmo a gente coloca que os casos omissos eles são resolvidos, aqui no caso se não
93 solucionados pela presidenta ouvido o pleno, uma oradora não identificada, em seguida a
94 Secretária Fatima Pelaes e como não havia quórum, ficou acordado que a eleição do conselho
95 estendesse prazo até novembro e dar as posses das novas Conselheiras do CNDM. E que o edital
96 para eleição possa sair em agosto. Em seguida a Secretária Fátima pediu para o CNDM
97 providenciasse um calendário com datas das reuniões do CNDM para 2017, levando em conta
98 as reuniões dos outros conselhos para que não possa coincidir com as reuniões dos outros
99 conselhos e também pediu que a Presidenta do conselho do CNDM, encaminhe um ofício As
100 comissões que trata da Reforma da Previdência no Congresso Nacional pedindo para as
101 conselheiras participarem das audiência Pública para debater a Previdência. Portanto não
102 precisa consulta nenhuma ao jurídico nenhum, já está no nosso regimento, já é lei, já está
103 resolvido. Depois na sequência a conselheira **Maria Elisa** que fez uma ponderação: Nós
104 precisamos tomar a decisão política, se nós aqui chegarmos à conclusão de que é importante

105 para o funcionamento do conselho, nós temos que ter suplente, seria razoável uma prorrogação
106 de mandato, a questão de troca enquanto não se efetiva a suplência, mas tem uma decisão
107 política primeiro, nós precisamos de uma decisão política hoje. Nós temos autoridade pelo
108 regimento, e claro que depois o jurídico tem que ver quais são as questões para respaldar nossa
109 decisão. Essa é a minha opinião. A secretária **Fátima** encaminha a proposta já discutida: Então
110 eu coloco para o pleno isso, seis meses isso não significa que depois disso nós não possamos
111 rever também o prazo, mas nesse momento seis meses, nesse período abrimos o edital e
112 também chamamos as duas do bloco B e vou pedir com certeza até hoje, até o final do dia, o
113 respaldo do jurídico para que eles possam nos dar esse respaldo. No decorrer da reunião a
114 conselheira **Caroline** disse a gente tem uma proposta para discutir a questão da câmara técnica
115 em uma reunião extraordinária e outras demandas que levariam a uma discussão durante o dia
116 e que ontem na nossa discussão a gente tentou ao máximo se ater ao regimento interno. Na
117 pauta ainda foi falado sobre a Câmara Técnica, a Secretária **Fátima** diz: sobre o documento da
118 sociedade civil “Outrossim, registramos que as reuniões ordinárias do CNDM são realizadas
119 bimestralmente e as extraordinárias emergenciais sempre que necessário, por convocação da
120 presidente ou de um terço de conselheiras titulares sendo que a convocação das reuniões
121 ordinárias acontecem de acordo com o calendário aprovado no início de cada ano. Neste ano de
122 2016 conforme manda o regulamento interno, foi definida a seguinte agenda: Dias 09 e 10 de
123 março realizada a reunião do pleno. Dias 12 e 13 de abril realizada a reunião da coordenação.
124 Dias 09 e 12 de maio organização da quarta. Dia 28 e 29 reunião não realizada. 27 e 28 não
125 realizada. 13 e 14 de dezembro a ser realizada”. Que é essa que nós estamos fazendo. Nós
126 fizemos aquela nos dias 18 e 19 agora estamos fazendo. Eu deixo como sugestão que nós
127 pudéssemos então antecipar e colocar no final de fevereiro só teremos que ver a data aí, por
128 conta de carnaval, eu não, pudéssemos colocar... carnaval é 28 de fevereiro nós podemos fazer
129 um pouco antes de fevereiro, logo, do dia 28, a primeira reunião do conselho colocando o
130 primeiro dia para definir inclusive as datas das outras reuniões e a reunião do comitê, pode ser?
131 E finalizou por definir o dia da reunião da Câmara Técnica para os dias Definida a nossa reunião
132 nos dias 14 e 15, e perguntou, qual o posicionamento da SPM quanto à reforma da previdência?
133 E também aproveitou e apresentou a nova coordenadora do CNDM **Ester de Paula de Araújo**,
134 Então a Ester vai estar acompanhando diretamente com vocês a vinda para as reuniões, eu creio
135 que nós vamos poder dar essa atenção mais diretamente porque muitas vezes a questão da
136 passagem, pode ser que não tenha esse olhar, então nós perdemos por conta disso. Então, a
137 **Ester** vai fazer todo esse acompanhamento com vocês de forma a garantir a chegada de vocês
138 em condições que vocês participem com mais tranquilidade aqui e também a ida para
139 permanecer aqui até o momento do encerramento da reunião. Então passamos agora ao item
140 5, previdência social, e perguntou: Qual é o posicionamento da SPM quanto a reforma da
141 previdência no que toca diretamente as mulheres? Em resposta a relatora **Sheila** diz: Vai nos
142 atingir diretamente isso aí já está posto pelos movimentos, por pesquisas, pela própria pesquisa
143 da previdência e tudo mais. Então, a gente quer saber qual vai ser realmente o posicionamento
144 da SPM nesse sentido porque esta é uma secretaria de políticas para as mulheres e que trata
145 essas questões específicas neste governo. Independente do posicionamento da SPM, nós
146 tomamos um posicionamento, da sociedade civil e aí a gente quer saber se isso vai ser em nome
147 de todo o conselho ou só da sociedade civil, em discutir isso abertamente com os movimentos
148 de mulheres, com todas as representações através de uma audiência pública sim. Eu acho que
149 essa é uma incidência política do CNDM no quesito que afeta diretamente as mulheres e como
150 nós defendemos os direitos dessas mulheres, fazemos o controle social das políticas públicas no
151 governo nós precisamos trazer essa discussão. Isso vai nos afetar diretamente. Então, é nesse
152 tocante, independente do que a SPM esteja pensando, mas a gente gostaria muito de saber
153 como é que está sendo pensada essa questão, independente disso, nós vamos solicitar uma
154 audiência pública. E ao mesmo tempo que a gente quer saber o que vai acontecer, o que a SPM
155 vai fazer nós também queremos saber se o CNDM na sua concepção completa vai assumir isso
156 ou se só nós tocamos como sociedade civil. **Irina** – Eu queria pedir um esclarecimento **Sheila**.

157 Você já coloca uma posição da sociedade civil, você já tem uma posição, é isso? **Sheila** – É, uma
158 audiência pública, na verdade a gente está propondo uma audiência pública para iniciar a
159 discussão e esclarecimento sobre essa reforma, que vai afetar diretamente as mulheres. Esse é
160 o nosso posicionamento, nós queremos a audiência pública, então a gente quer ouvir um
161 posicionamento da SPM. **Lívia** – Sugiro secretaria inclusive que as representações das câmaras
162 temáticas ou do próprio conselho da sociedade civil participem das audiências públicas que vão
163 ocorrer na câmara e no senado. Com certeza vão ter inúmeras durante a tramitação aí da
164 reforma, então também isso aí é uma sugestão, então, de trazer para cá e também quando os
165 membros do conselho, das câmaras se mobilizarem e irem atrás em audiências públicas que vão
166 ser marcadas. **Secretária Fátima** – Só para esclarecer. Não é uma audiência pública; seria nós
167 enquanto conselho nos apropriarmos, sabermos, podermos entender melhor o que está, qual é
168 a proposta que foi apresentada e nós debatermos aqui, como nós temos representantes da
169 sociedade, nós aqui somos representantes do conselho. Voltando ao assunto da PEC da
170 presidência. **Oradora não identificada** – Todas as não governamentais, elas estão digamos assim
171 com o conhecimento na questão da PEC da previdência, todas porque muitos aqui
172 governamentais não estão, eu também não estou. Vou ter que me apropriar. **Secretária Fátima**
173 - Então acho que com relação à reforma da previdência já conseguimos está aprovado
174 encaminharmos à bancada feminina a solicitação de uma audiência pública, solicitarmos ao
175 relator e a previdência também que pudesse participar aqui conosco de um debate aqui com as
176 conselheiras e que também nós pudéssemos trocar todo o material e encaminhar onde tiver
177 debate nós vamos encaminhar para as conselheiras, de tudo que estiver saindo sobre reforma
178 da previdência, aprovado? **Chopelly** - Posso ajudar a clarear? Na verdade isso aqui é uma
179 solicitação para as pautas das reuniões que acontecerão durante o pleno do conselho, são
180 quatro, não é isso meninas? Quatro casas das mulheres que existe, não é isso? Então a gente
181 poderia ver a convocação de contar (inaudível), a próxima reunião já tem a questão da
182 previdência, eu acredito que ficou já para a próxima reunião, então a gente poderia trazer uma
183 aí para a futura reunião após essa de fevereiro para convidar as três casas da mulher para vir
184 apresentar no pleno como está o seu funcionamento e andamento dela. Na verdade é convocar
185 para uma das reuniões do conselho. **Secretária Fátima** - Nós temos hoje em funcionamento a
186 Casa da Mulher Brasileira do GDF, do DF, temos do Mato Grosso do Sul e do Paraná, e temos em
187 construção a do Ceará, do Maranhão e de Roraima. Nós estamos com essas três casas e algumas
188 casas que já estão fazendo levantamento topográfico, só para dizer. Então colocamos na pauta
189 a proposta de participar na outra reunião. Solicitamos à SPM que nos apresente na íntegra o
190 projeto Menina, Moça, Mulher. O projeto Menina, Moça, Mulher ele é um projeto que não é da
191 SPM, ele é um projeto que é do instituto Carlos Chagas. O instituto Carlos Chagas que
192 apresentou o projeto, como nós temos aqui alguns projetos que foram apresentados pela
193 secretaria e nós fomos lá conhecer e levamos esse projeto para o Ministério da saúde também
194 para que o ministério da saúde fizesse um posicionamento em relação à proposta que eles
195 apresentaram. Então é um projeto, como várias organizações que apresentaram aqui no
196 passado e que foram feitos convênios. Nós pegamos o projeto e pedimos também que o
197 ministério da saúde fizesse uma avaliação. É um projeto que tem como porta de entrada a
198 questão da saúde da mulher, mas que ele busca integrar a menina de todas as formas. A ideia é
199 pegar essa jovem, essa menina que está ali, que está na rua, porque são meninas em situação
200 de vulnerabilidade total, eles apresentaram esse projeto depois que nós tivemos aquele caso
201 daquela adolescente lá do Rio de Janeiro que teve aquele estupro coletivo e eles apresentaram,
202 nos procuraram. Nós fomos até lá e depois trouxemos o projeto para ver se o ministério da
203 saúde aprovava e se nós pudéssemos apoiar. Nós temos hoje alguns projetos também que são
204 projetos na área de educação, quem ama abraça, quem ama cuida. Então é um projeto de uma
205 instituição que foi apresentado por nós e ele está sendo avaliado no ministério da saúde
206 também. Não recebeu nenhum recurso nosso e, na verdade, ainda não foi entregue aqui,
207 pediram nenhum tipo de recurso. Nós achamos interessante que ele envolvia também a parte
208 de direitos reprodutivos, nós pedimos que o ministério da saúde fizesse essa avaliação e está

209 sendo discutido coma equipe do ministério da saúde, mas isso é um projeto que é de uma
210 organização não governamental. **Chopelly** – Secretária, seria possível convidar o instituto para
211 vir apresentar para o conselho o projeto? A gente ouviu falar muito do projeto então a gente
212 que conhecer como funciona, quais os resultados, já que tem essa interface com a SPM, com o
213 ministério da saúde, então esse conselho gostaria de conhecer. **Antônia** – Eu gostaria de
214 conhecer o projeto da mesma forma como nós vamos trazer uma pessoa da relatoria do projeto
215 da previdência, **Secretária Fátima** – Eu acho que vocês não entenderam. Não foi feito nenhum
216 investimento da SPM aqui no projeto. Eu fui chamada para conhecer o projeto, que foi naquele
217 momento. Nós conhecemos o projeto e eu achei que seria importante o ministério da saúde
218 também, poderia não ter encaminhado para o Ministério da saúde como também vários
219 projetos foram aprovados aqui na área de educação e não foi apresentado para o ministério,
220 mas eu estou tentando trabalhar dentro do que se propõe. **Marina** – Agora com relação à fala
221 da secretária com relação a esses projetos, eu acho que a gente conhecer e se apropriar ainda
222 mais os órgãos governamentais para poder discutir, ter uma análise conjunta e participação
223 enfim, seria muito importante se a gente pudesse na programação dessas reuniões ter uma
224 pauta desses convênios, e isso também cabe para a gente, os órgãos governamentais, se a gente
225 puder fazer esse levantamento desses projetos que tem acompanhado a pauta de política para
226 as mulheres, que a gente possa apresentar para o pleno e ver como é que a gente contribui e
227 sabe, divulga, participa. **Secretária Fátima** – Quais os problemas do Disque 180, visto que em
228 alguns estados o programa não está funcionando. Está em discussão. Então, o 180 quando foi
229 criado, a ideia dele era para que ele pudesse ser um canal de orientação e de escuta, em 2014
230 ele passou a ser um canal de denúncia. Só que hoje o que acontece, o 180 se alguém realmente
231 ligar para fazer uma denúncia, ele é orientado a ligar no 190 porque ele não tem uma relação, e
232 não é hoje, desde quando ele foi criado e passou a ser canal de denúncia, ou seja, não tem uma
233 relação com o 190. **Caroline** – creio eu, que através das câmaras técnicas de monitoramento e
234 planejamento que eu acho que é isso, e que a gente possa trabalhar juntos nessa pauta porque
235 o enfrentamento à violência contra a mulher é uma chave muito cara para um movimento social,
236 por isso que rogo à senhora que tome essas decisões, que a gente possa fazer uma análise
237 conjunta nas câmaras para que a gente possa trabalhar junto mesmo em aprimoramento. É
238 nesse sentido. **Secretária Fátima** Eu gostaria que você pudesse responder um pouquinho do que
239 você acha então de nós termos, se você já sabia ou se alguma vez chegou no conselho essa
240 informação de que o contrato é de setenta e dois milhões e que não tem essa relação com o
241 190, Como é que você vê especificamente isso? **Caroline** – Essa informação a gente teve na
242 reunião passada, e na relatoria eu pedi até que constasse em ata que a gente solicitou, a
243 sociedade civil ficou de acordo que viesse uma apresentação, fosse elaborada uma
244 apresentação, não sei se vocês se recordam. Sobre o 180 e sobre esses gastos. A gente solicitou
245 na reunião passada. **Secretária Fátima** – Então só esse assunto que foi colocado do 180, o
246 programa não está funcionando em alguns estados, então para ficar claro em relação à questão
247 da denúncia, ele não funciona para estado nenhum como nunca funcionou, ele sempre foi
248 orientado para o 190 e nós estamos buscando aperfeiçoar para garantir. **Caroline** – É só como
249 uma sugestão, que lá na SDH a gente tem o Disque 100, seria importante uma troca de
250 informações, troca de experiência, porque o disque 100 também recebe muitas denúncias e
251 assim contribuindo com a opinião da sociedade civil, **Secretária Fátima** – O outro informe
252 também é em relação ao fundo de enfrentamento à violência que foi priorizado pela bancada
253 feminina, mas tem uma emenda e nós estamos articulando com o autor da emenda para que
254 ele venha retirar essa emenda e aprovar o fundo, que não sei vai dar esse ano ainda, mas
255 estamos trabalhando com a bancada feminina e o autor da emenda para retirar essa emenda e
256 termos a aprovação do fundo de enfrentamento à violência, **Irina** – Só um informe, viu Mara, o
257 informe é da previdência, foi votada agora na CCJ só a admissibilidade, mas foi pedido vista, o
258 relator teve que se ausentar, saiu mais cedo, então foi pedido vista e ficou para votar na CCJ na
259 próxima quarta-feira e ser aprovada para constituir a comissão especial. **Secretária Fátima** – A
260 **Ester** vai colocar, amanhã, nós teremos as reuniões das câmaras técnicas e aí a votação da

261 escolha das Presidentes. **Ester** – Das Câmaras Técnicas e eu queria perguntar que horas, para
262 estar todo mundo aqui, nove horas? não é isso? para começar. Então está ok. Obrigada, gente.
263 Dia quatorze de dezembro de dois mil e dezesseis, pela manhã, **Ludmila** – Bom, gente. Eu estou
264 na câmara de legislação e normas. Fazem parte da câmara a **Sheila**, da Rede Nacional Feminista,
265 a Cristiane do Parto do Princípio que não está aqui, como representantes da sociedade civil. Eu
266 como representante do Ministério da Ciência e tecnologia, a **Tamille** da Casa Civil e a Livia do
267 Ministério da Justiça. Desse grupo que eu falei para vocês, só eu e a Cristiane fazíamos parte da
268 mesma câmara técnica então a gente fez um pouco o relato do que vinha acontecendo, mas a
269 gente começou a discutir aquilo que a gente achou que seria viável trabalhar a partir de 2017,
270 **Sheila** – Bom dia a todas, então, do nosso trabalho na câmara técnica de legislação e normas, a
271 gente tem que pensar na questão da incidência de violência também de que forma a gente pode
272 contribuir, na prevenção. Outra coisa é como que funciona a questão da legislação, para onde
273 vai e como vem. Como a secretaria de política para as mulheres e o conselho o CNDM está ligado
274 à SPM e a SPM está ligada ao ministério da justiça, o nosso ofício também vai ser encaminhado
275 ao ministério da justiça e à SPM solicitando que, quando houver, e à casa civil, um departamento
276 específico de análise de toda legislação que passa por lá. **Oradora não identificada** - É uma
277 observação muito rápida para falar rapidamente sobre orientação da nova secretária da SECADI,
278 que é onde geralmente se trata todas as comunicações com a sociedade civil e
279 representatividade nos espaços, porque SECADI cuida dos grupos em vulnerabilidade social,
280 basicamente duas grandes diretrizes que se adequam perfeitamente também em relação aos
281 direitos das mulheres e a violações. Exatamente, como eu falei, a maioria se fala na lei, mas não
282 sabe do conteúdo. **Oradora não identificada** – Relações de, assuntos de... Perdão, a câmara
283 técnica de assuntos internacionais. **Laura Delamônica** – Outros governos chegam lá com uma
284 estrutura muito, às vezes bastante preparada, com materiais, por exemplo, o empoderamento
285 econômico seria interessante nós termos materiais sobre a equidade de gênero e raça, de outras
286 atividades desenvolvidas também pela sociedade civil em parceria com a SPM na ONU mulheres
287 para mostrar realmente o que o governo brasileiro tem feito nessa área, quais são os desafios.
288 Então a reunião vai ser do dia 13 a 24 de março, nós vamos aí ter um, eu sei que tem final de
289 ano e etc., mas que isso fique registrado para que já seja providenciado esse tipo de material.
290 **Marina** – Dessa conversa que você vai ter com a SPM de organização, para a gente também
291 tentar mobilizar os movimentos que a gente trabalha de no mínimo pautar, estar
292 representando, enfim, então discutir como é que é, como é que, qual a expectativa de
293 participação de outros ministérios, outros órgãos governamentais. **Laura Delamonica** – mas o
294 tema principal da CSW é mulheres no mundo do trabalho, empoderamento econômico, então
295 a negociação toda vai ser em torno disso, objetivos de desenvolvimento do milênio que foram
296 substituídos pelos ABS, mas esse é o tema de revisão, exatamente para ver o que foi feito nos
297 ODM até então. A gente brigou muito esse ano para que fosse considerado um tema emergente,
298 então, ainda não sei qual vai ser, como ele vai ser abordado durante a reunião, mas lembrando
299 que mundo do trabalho é o tema principal, mas ele não é o único tema. **Oradora não**
300 **identificada** – a secretária **Fátima Pelaes** vai entrar em contato com os Ministérios onde tem as
301 nossas conselheiras para sensibilizar os ministros para garantir a presença das nossas
302 conselheiras dos ministérios, ela colocou também, para verificar, que ela vai entrar em contato
303 com os ministros. Buscar várias alternativas para garantir tanto as conselheiras governamentais,
304 verificar a possibilidade, como as não governamentais e as governamentais. **Irina** – Não, é só
305 para a agradecer também, desejar um feliz natal, vamos nesse ano, no próximo ano de 2017 a
306 gente consiga os nossos, todas essas nossas conquistas que a gente já teve e ouse e consigamos
307 coisas muito melhores, eu acredito nisso. A secretária Fátima não pode estar aqui mais com a
308 gente, mas ela mandou um abraço para todo mundo, agradeceu e até fevereiro né? **Ester de**
309 **Paula** – Fevereiro é nosso encontro não é? Nossa reunião. Tá bom. Então, bom dia, boa tarde.
310 Ah, eu peço que me perdoem tá, mas o que aconteceu com as diárias, a **Kátia** foi lá na hora em
311 que vocês estavam aqui, nós estamos preocupadas também, é que saíam no final da tarde ou
312 amanhã. Foram todas para o Banco do Brasil, inclusive a secretária **Fátima Pelaes**, vai passar no

313 banco, porque ela tem que assinar, então houve um probleminha e está sendo entregue
314 novamente um outro ofício que eu tive que reformular e pedi para a **Kátia** ligar para a
315 coordenadora lá do SDH, **Raíssa**, para ela só informar como foi que ela procedeu, só da questão
316 das conselheiras ganharem a diária como conselheiras e não como colaboradoras. Então já
317 entreguei ainda há pouco o ofício porque eu teria que colocar também o ressarcimento no
318 mesmo ofício, não tinha colocado, coloquei só a situação. Nada mais havendo a se tratar a
319 Secretária **Ericka Filippelli** reiterou os agradecimentos pela presença e contribuições de todas/e
320 os deu por encerrada a 48ª reunião do CNDM.
321 Ata elaborada por Ester de Paula de Araújo- Coordenadora-Geral do Conselho Nacional dos
322 Direitos da Mulher/CNDM.